



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0011777-45.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**  
 Requerente: **Eliana da Silva Feitosa Maricondi**  
 Requerido: **Pagseguro Internet Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ju Hyeon Lee**

Vistos.

O relatório encontra-se dispensado na forma do artigo 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95. Ademais, o caso comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

**Passo a decidir.**

Preliminarmente, a alegação de ilegitimidade do pólo passivo da ré não merece prosperar, pois, ao intermediar qualquer negócio jurídico envolvendo consumidor, deve ser considerada como fornecedora para fins de responsabilização solidária, como preceitua os artigos 7º, parágrafo único, 18 e 25, parágrafo 1º, do CDC.

Outrossim, ao viabilizar a concretização do negócio em questão, oferecendo aos consumidores oportunidade e segurança, a parte ré passa a ser remunerada, motivo pelo qual deve ser considerada fornecedora em razão da teoria do risco do negócio.

No presente caso, constata-se que a prestação de serviço de intermediação pela parte ré não assegurou a justa segurança que se espera na transação, qual seja, identificar o titular do cartão e a legitimidade do negócio.

Corrobora este entedimento o magistério de **RIZZATTO NUNES:**

*O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

*gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.*

*E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).*

*Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).*

Com efeito, inexistente qualquer dúvida acerca da inexigibilidade dos valores cobrados indevidamente da autora, especificados na peça exordial.

Por outro lado, no tocante ao pedido de dano material, não há qualquer prova nos autos do prejuízo sofrido pela autora, tendo em vista que a decisão liminar suspendeu a cobrança dos valores cobrados indevidamente.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para declarar inexigível os valores descritos na peça exordial.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no artigo 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I

São Carlos, 15 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**